

BRASIL

DANIEL EDLER
GUSTAVO BEZERRA

Setembro 2012

www.kas.de/brasil

IX Conferência de Segurança Internacional do Forte de Copacabana

SEGURANÇA E RESPONSABILIDADE EM UM MUNDO MULTIPOLAR

No dia 19 de setembro de 2012, a nona edição da Conferência de Segurança Internacional do Forte de Copacabana reuniu políticos, acadêmicos, militares, diplomatas, intelectuais e representantes da sociedade civil da Europa, América Latina e EUA no Rio de Janeiro para debater temas relevantes sobre Segurança Internacional.

Boas-vindas

A mesa de abertura foi composta pela chefe da Delegação da União Europeia no Brasil, a embaixadora Ana Paula Zacarias, pelo presidente do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI), o embaixador Luiz Augusto de Castro Neves e pelo Representante da Fundação Konrad Adenauer no Brasil, Sr. Felix Dane.

Primeira a falar, a embaixadora Ana Paula Zacarias afirmou que a delegação da União Europeia no Brasil tem sido uma parceira no projeto da Conferência de Segurança Internacional do Forte de Copacabana nos últimos anos, pois este é uma das mais importantes reuniões da América do Sul que dialoga com a Europa os temas de segurança. Segurança e responsabilidade, lembrou a embaixadora, são temas importantes que estão em foco a alguns anos e que se fazem mais presentes quando levamos em consideração o mundo interdependente em que as ameaças são globais e em que prover o acesso a vida digna é um desafio para todos os países. A União Europeia (UE) tem investido esforços para a construção desse mundo melhor, principalmente após perceber a necessidade de mudança na estratégia de

atuação do bloco que, anteriormente, trabalhava apenas na sua vizinhança mais imediata, mas que se adaptou à nova realidade e passou a defender os princípios de democracia e respeito aos Direitos Humanos globalmente.

A embaixadora europeia afirmou que as vantagens que o bloco possui na busca pela concretização de seus projetos advêm das múltiplas ferramentas que empregam (militares, civis, financeiras, comerciais) e que podem influenciar a realidade de uma maneira que a OTAN e outros atores (dadas as suas limitações de instrumentos) não podem. Ela lembrou ainda que essa estrutura diplomática do bloco demorou a ser criada, mas atualmente está operacional e é capaz de coordenar atividades com outros atores (mesmo Estados membros da UE), principalmente de modo a evitar crises, como tem sido as atuações recentes para países como Irã e Síria.

A senhora Zacarias afirmou que a União Europeia tem um longo caminho no seu processo de consolidação, principalmente com o fortalecimento dos aspectos fiscal, econômico e político, que também são formas de construir a segurança. Ela ressaltou a importância dos parceiros para a atuação externa da UE, e que um desses parceiros é o Brasil, com quem ela percebe que a Europa compartilha diversos objetivos, interesses e valores, questões essenciais para que se leve adiante diálogos sobre segurança e política externa. A cooperação entre esses dois atores reforça a confiança mútua e possibilita que ela se estenda para outras áreas. Afinal, como destacou a embaixado-

BRASIL

DANIEL EDLER
GUSTAVO BEZERRA

Setembro 2012

www.kas.de/brasil

ra, ainda existem muitas possibilidades de cooperação.

O embaixador Luiz Augusto de Castro Neves lembrou que se busca uma cooperação frutífera para as duas regiões do planeta. Ele percebe que desde o fim da Guerra Fria o mundo está mais complexo nos seus temas e política, mas as burocracias diplomáticas ainda funcionariam com os parâmetros do período da Guerra Fria. Compreende-se que foram muitos anos com esta dinâmica, mas é surpreendente que um mundo de cooperação e paz ainda não tenha emergido, mesmo com mudanças significativas do cenário político internacional, como representado pela emergência da China. Os novos desafios que surgem são imensos e têm de ser resolvidos de forma multilateral com respostas globais, com o objetivo principal de reduzir as assimetrias de poder e direitos, que levem o mundo para uma realidade mais justa. O embaixador terminou sua fala afirmando que os palestrantes poderão contribuir com o diálogo para melhorar a cooperação ao menos nas questões de segurança.

O representante de Fundação Konrad Adenauer no Brasil, Sr. Felix Dane, afirmou ser uma honra abrir a IX Conferência de Segurança Internacional do Forte de Copacabana duas semanas após sua chegada ao Brasil, vindo de Ramallah. Segundo ele, a segurança no Oriente Médio afeta a segurança de todo o mundo, e questões que antes eram vistas como regionais atualmente têm conseqüências globais. Precisamos saber como podemos lidar com desafios de segurança globais que afetam um mundo multipolar que deve ser, cada vez mais, multilateral. O senhor Dane ressaltou a importância da parceria com o CEBRI e com a Delegação da UE no Brasil e expressou seu desejo de que dure muitos anos como instituições incentivadoras do debate em temas de segurança do Brasil e da Europa. Em seguida, deu como aberta a conferência.

Painel de Abertura: Segurança e responsabilidade em um mundo multipolar

O painel de abertura foi composto pelo diretor do Departamento de Planejamento e

Gestão de Crises (CMPD) da União Europeia, Walter Stevens; pelo Subsecretário Geral do Departamento de Operações de Paz das Nações Unidas, Edmond Mulet; pelo contra-almirante e vice-ministro da Defesa da República do Peru, Mario César Sánchez Debernardi e pelo tenente-coronel Jürgen Menner, que representou o ministério da Defesa da Alemanha. A moderação coube ao embaixador José Botafogo Gonçalves, vice-presidente emérito do CEBRI.

O diretor Walter Stevens ressaltou que o diálogo com os outros palestrantes traria importantes contribuições para as políticas da União Europeia e vem em ótimo momento, no qual o bloco busca responder a ameaças globais e garantir os Direitos Humanos. Segundo ele, é importante "multilateralizar" a multipolaridade: compartilhar a segurança global significa enfrentar a violência globalmente, e por isso o bloco trabalha em parceria estreita com a ONU, com organizações regionais – especialmente com a União Africana – e também com países como Turquia, Rússia e Brasil, parceiros fundamentais no tema. Sobre a cooperação com o Brasil, o Sr. Stevens lembrou da cooperação entre as duas regiões na República Democrática do Congo e afirmou que a comunidade internacional aprendeu que conflitos são complexos e multifacetados, o que significa dizer que nenhum ator sozinho consegue efetivamente por fim a um problema desse nível, e que, para efetivamente resolvê-lo é necessário combinar ferramentas diplomáticas com ambientais e sociais: essa seria a natureza de abordagens abrangentes para a solução de conflitos.

Sobre a atuação da UE em conflitos, Walter Stevens afirmou que é possível fazê-la aprimorar sua capacidade de lidar com esses desafios. A crise dos Balcãs na década de 1990 mostrou a necessidade de se avançar e esse esforço foi feito de forma bastante efetiva. Em 2012, ainda que pouco tempo depois, já é possível notar a diferença de atuação, principalmente pela entrada em atividade do CMPD. Atualmente a UE conta com quinze missões civis e militares em operação, que fortalecem o Estado de direito, treinam forças policiais, monitoram planos de paz, treinam Forças Armadas e comba-

BRASIL

DANIEL EDLER
GUSTAVO BEZERRA

Setembro 2012

www.kas.de/brasil

tem a pirataria, ajudando a melhorar a segurança mundial. Nenhuma das missões foi imposta, afirmou o diretor, mas senão implementadas a partir de convite realizado pelas Nações Unidas. A criação do Serviço de Ação Externo da União Europeia (EEAS) ajudou a consolidar o caráter de atuação abrangente do bloco, principalmente porque a prevenção funciona melhor do que o controle de crises, e a EEAS favorece a abordagem preventiva.

O Sr. Stevens citou a percepção ampla sobre crise na atuação sobre pirataria no Norte da África. A situação era emblemática de ampla crise, tendo vista que decorreria da falta de estruturas políticas sólidas na região, em especial na Somália. A operação Atalanta, levada a cabo em 2008 em estreita parceria com a ONU e com os EUA, obteve grande sucesso na redução da pirataria na região. Neste sentido, a UE transformou-se em um importante provedor de segurança internacional capaz de articular alianças com parceiros globais, regionais e locais para buscar soluções para crises atuais, e espera a oportunidade atuar em parceria com o Brasil.

Em seguida, o Subsecretário Geral do Departamento de Operações de Paz da ONU, Sr. Edmond Mulet, afirmou que a colaboração de diferentes países e agências é essencial, pois a ideia de parceria é central para a consecução de operações de manutenção de paz (OMP) que contam, atualmente, com 120.000 pessoas em campo, 22.000 civis e um orçamento de US\$ 7,5 bilhões para todas as operações. Segundo Mulet, as operações desse tipo também evoluíram e passaram a adequar-se às crises contemporâneas, que tendem a ser internas e não mais entre Estados. Portanto, assumiu-se agora também a função de monitorar transições políticas e a reconstrução, a estruturação de Estado de Direito, as eleições e a governabilidade. Através dessa atuação é possível manter a sustentabilidade da paz para fazer com que esta seja duradoura. As OMP são apenas uma parte do processo, que envolve diversas organizações e arranjos internacionais, situação que estabelece um duplo desafio, tendo em vista que essa realidade não está prevista na

Carta constitutiva da ONU. No entanto, sem esse tipo de cooperação não é possível responder aos desafios que se estabelecem. O caso do Timor Leste foi um sucesso no qual, após dez anos, as atividades da ONU começam a encerrar-se.

O Sr. Mulet afirmou que há programação futura no DPKO, com planejamento em diferentes estágios para o Sudão e o Sudão do Sul, chamados por ele de 3S: Somália, Sahel e Síria, regiões nas quais se tem lições penosas do passado para tirar. O subsecretário lembrou que as ferramentas disponibilizadas são dos anos de 1960 e de 1970, mas que os desafios são muito maiores. Como melhorar a aplicabilidade e a eficiência desses instrumentos? Existe, efetivamente, uma paz a ser mantida? A Comunidade Internacional estaria comprometida para resolver as crises? Estas foram algumas das questões que o senhor Mulet fez durante sua apresentação. Para ele, o Conselho de Segurança da ONU (CS) muitas vezes confere um mandato, mas os próprios países que o aprovam têm um projeto diferente daquele aprovado. Cria-se assim um dilema de enorme dificuldade para ser resolvido, realidade parecida com a do Congo.

O Sr. Mulet lembrou que não existe qualquer tipo de regulação sobre o comércio de armamentos. Diferentemente do que ocorre com o comércio de café e bananas, os países que fabricam armas são os mesmo que pedem à ONU para reparar as violentas consequências do seu comércio. Ele pediu que haja controle sobre esse comércio, e que seja feito de maneira responsável. A ONU sozinha não tem capacidade de evitar conflitos. Ele destacou que situações de violência causam migração e refugiados, que buscam abrigo em todas as partes do mundo. Essa seria apenas uma dimensão das consequências globais de conflitos locais. Seria preciso desenvolver de forma mais consistente abordagens regionais para conflitos, realidade para a qual UNASUL e o Brasil provêm bons exemplos de capacidade de articulação.

O vice-ministro do Peru, Mario César Sánchez Debernardi, afirmou que o Peru está comprometido com a paz e a segurança in-

BRASIL

DANIEL EDLER
GUSTAVO BEZERRA

Setembro 2012

www.kas.de/brasil

ternacionais e que trabalha cooperativamente com a ONU na região para mantê-las, a exemplo de sua atuação na missão de paz do Haiti (MINUSTAH). Ainda assim, ele vê que existem regiões que continuam a mostrar instabilidade, como a crise social que afeta o Oriente Médio e o impacto da falta de democracia em algumas regiões do mundo. O Sr. Sánchez Debernardi afirmou que o modelo econômico em vigor atualmente também prejudica, na medida em que ajuda a espalhar a crise econômica. Para ele, o mundo inteiro estaria vivendo a realidade que os latino-americanos viveram algumas décadas atrás.

O vice-ministro considera que é preciso compreender as ameaças não tradicionais à paz. Na América do Sul elas estão relacionadas principalmente a violência decorrente do tráfico de drogas, visto que na região quase inexitem conflitos inter-estatais. E por ser esta uma ameaça comum aos países da região, busca-se articular por meio da UNASUL uma solução conjunta, especialmente porque a associação entre os cartéis de drogas e os grupos terroristas ameaçam as bases das sociedades. O recente ciclo de crescimento econômico da região vem acompanhado da preservação da democracia, que favoreceu o desenvolvimento social. Todavia, a expansão econômica não significa, necessariamente, estabilidade social e o crescimento inclusivo. O Sr. Sánchez Debernardi analisou a importância de parcerias com grandes atores mundiais, como a China, a União Europeia e os EUA para ajudar a consolidar um bloco comum na América do Sul que favoreça a governança. Contudo, as diversidades da região impõem dificuldades. No caso peruano, o país tem conseguido avançar economicamente com inclusão social, o que comprovaria que a estratégia do presidente Ollanta Humala foi eficaz. Da mesma forma, busca-se essa eficácia para evitar que a ameaça de terrorismo, que por tanto tempo rondou o Peru, não se concretize novamente. Outro ponto positivo é que a região está livre de armas nucleares e minas, decisão que depende da anuência dos diversos países.

Os avanços regionais não podem servir de empecilho para que se perceba o contexto

internacional, no qual ainda há diversos desafios, como o acesso a fontes energéticas, mudanças climáticas e explosão populacional. Dessa forma, caberia às instituições internacionais articular a integração em temas de defesa e segurança. A consolidação da UNASUL é ponto central desse processo, pois fortalece o diálogo regional e com outras regiões que estejam interessadas nas ameaças globais percebidas atualmente.

Representante do Ministério da Defesa da Alemanha, o tenente-coronel Jürgen Manner foi o último participante da mesa a falar. Ele analisou a reorientação das forças armadas alemãs como forma de lidar com as mudanças nos desafios de segurança, questões que devem ser discutidas de forma conjunta. Para ele, a política de segurança e reorientação das forças armadas são dois lados de uma mesma moeda. Até 1990 predominavam questões ligadas à Guerra Fria (GF) - OTAN versus Pacto de Varsóvia. Nessa polaridade, uma guerra provavelmente ocorreria na Alemanha, o que gerava medo entre os alemães. Com o fim deste período, o mundo mudou. Os alemães não se prepararam mais para uma guerra interplanetária, mas para garantir a estabilidade no globo, realidade que seria impensável aos cidadãos alemães de vinte anos atrás. Hoje a Alemanha vive tempos de paz, rodeada por parceiros. As forças armadas alemãs devem estar preparadas para a própria defesa – das fronteiras do país e da OTAN – mas isso não pode ser definido apenas geograficamente. Acontecimentos em qualquer ponto do planeta podem ter impacto rápido na Europa. Questões relativas ao Irã, ao Paquistão e Afeganistão são exemplos de possíveis ameaças futuras. Por isso, existe uma demanda de reorganização da estrutura das Forças Armadas, que precisam estar preparadas para diferentes cenários. Segundo o Sr. Manner, é importante assumir responsabilidades globais e pensar nas capacidades de que se deve dispor, pois novos desafios demandam novas respostas. Busca-se apenas a especialização em missões internacionais ou algo mais? Este é um ponto estratégico que deveria ser pensado em todos os países europeus. Por exemplo, a Holanda acabou de renunciar aos tanques de combate.

BRASIL

DANIEL EDLER
GUSTAVO BEZERRA

Setembro 2012

www.kas.de/brasil

A Alemanha precisa de forças armadas capazes de responder às exigências da UE e da OTAN. Portanto, que tenham ampla gama de ação: assistência em situações de catástrofes, apoio a civis, intervenção humanitária, luta contra terrorismo, operações de estabilização, apoio a forças parceiras e a defesa das próprias fronteiras. Isso significa que devem contar com unidades profissionais equipadas com tecnologia moderna, capazes de serem adaptadas a diferentes circunstâncias e de operarem em conjunto com os aliados. Para ele, isso exigiria mudança significativa na mentalidade dos militares. Essa transformação na realidade das forças armadas alemães teria atraído a atenção dos parceiros daquele país, que estariam introduzindo medidas semelhantes, visto que uma simples adaptação da antiga infra-estrutura não seria suficiente. É preciso reorientar as políticas e o papel desempenhado pelas forças armadas. Não se buscaria mais o crescimento rápido, situação que tornaria o recrutamento obrigatório um atraso. A busca seria por forças armadas altamente profissionais, situação em que as forças de segurança em breve terão de competir pelos jovens com a indústria.

Sobre a relação com parceiros, o tenente-coronel Menner falou da necessidade de aprimorar a eficiência e a cooperação. Ele afirmou que com a reorientação das forças armadas será possível responder a desafios diferentes daqueles que os palestrantes anteriores apresentaram. O impacto sobre os militares será grande, mas não haveria alternativa à transformação das estruturas e do papel das forças armadas.

O evento contou, após o almoço, com atividades simultâneas: a Conferência 1 com o tema Estratégias e Ferramentas para Alcançar a Segurança Responsável, e o Workshop 3 sobre Potenciais Riscos Futuros para a Segurança do Atlântico

Conferência 1: Estratégias e ferramentas para alcançar a segurança responsável

A Conferência foi composta pelo embaixador e assessor especial de política externa da Presidência da República do Brasil, Guilherme de Aguiar Patriota; pela vice-presidente

de estudos de defesa e política externa do American Enterprise Institute, Danielle Pletka; pelo tenente-coronel Jüger Menner, representante do Ministério da Defesa da Alemanha; e pelo coordenador da Escola de Ciências Sociais e História da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, Oliver Stuenkel. A moderação ficou a cargo do Representante da Fundação Konrad Adenauer no Brasil, Felix Dane.

O Embaixador Patriota afirmou que o papel do Brasil no plano internacional é atuar de forma coerente com a sua política interna de combate à pobreza e redução das desigualdades. Para ele, a manutenção da região sul-americana como área livre de armas nucleares e de destruição em massa é outro aspecto central ao projeto de política externa almejado pelo Brasil. Ele ressaltou também a importância da ONU, embora a instituição represente um formato que reflete a realidade de poder de um mundo velho e ultrapassado. Enquanto desafios, Guilherme Patriota percebe que é necessário construir um mundo com um modelo capitalista mais inclusivo, que consiga, eficientemente, abrigar dois bilhões de pessoas na economia mundial como consumidores.

A Sra. Danielle Pletka defendeu a atuação externa dos EUA no mundo contemporâneo, e afirmou que o mundo é melhor hoje do que foi no passado, tendo em vista que existem mais democracias. Para ela, os EUA ocupam espaço de liderança no cenário político internacional do mundo contemporâneo, isso a despeito de serem incompetentes no uso de *softpower*. Sobre a capacidade de *hardpower* do país, a pesquisadora afirmou que o país é fraco (os modelos dos equipamentos bélicos seriam antigos e não mais capazes de atender a demanda contemporânea). Os cortes previstos para o orçamento militar americano tendem a piorar o cenário e deixar o país mais fraco. Sobre a situação da OTAN, Pletka lembrou que há um compromisso entre os membros da aliança no sentido de contribuir com 2% do orçamento do país para a Defesa, e segundo ela, apenas os EUA e a Grécia cumprem esse acordo. E no caso grego, o valor em termos reais não é significativo, dado o impacto da crise do Euro sobre o orçamento

BRASIL

DANIEL EDLER

GUSTAVO BEZERRA

Setembro 2012

www.kas.de/brasil

do país. Esta falta de compromisso seria um motivo de fraqueza da instituição, que não contaria com uma estrutura militar sólida nos países membros.

O tenente-coronel Jüger Menner reforçou a necessidade dos países europeus aumentarem a responsabilidade sobre as fronteiras continentais, reduzindo a dependência que existe em relação aos EUA como maior potência militar da ONU. A capilaridade das fronteiras facilita o tráfico de armas entre os países. Esta situação é muito preocupante, e é inconcebível que haja regimes de controle sobre a exportação de bens como banana e café, mas que inexista qualquer tipo de controle sobre o comércio de armas.

O professor Oliver Stuenkel falou da Responsabilidade de Proteger e os desafios que tal conceito traz no que tange à relação entre os Estados soberanos. Para ele, a Alemanha é um caso à parte nos posicionamentos dos países membros da União Europeia sobre intervenções, pois é mais reticente que os outros membros quando o assunto é intervenção humanitária alhures. A votação no Conselho de Segurança sobre a situação da Líbia, nesse sentido, seria emblemática.

Durante o debate, o Embaixador Patriota afirmou que o Brasil tem contribuições para um Conselho de Segurança da ONU reformado, mas que essas respeitam as diferenças existentes entre as capacidades militares dos Estados membros. Para ele, não seria coerente cobrar que a contribuição brasileira ocorra nos mesmos termos da contribuição dos Estados que tenham maior capacidade militar. O embaixador ressaltou que o tempo político pode ser mais demorado do que aquilo que eventualmente se deseja, mas reforçou que decisões açodadas não favorecem a estabilidade da política internacional nem contribuem para a estruturação de um cenário mais pacífico. Segundo o Embaixador Patriota, o uso da força é um instigador por definição da corrida armamentista e, portanto, de um cenário de maior instabilidade, ao invés de contribuir para a consolidação de um panorama de entendimento.

Oliver Stuenkel, por sua vez, afirmou que a postura do Brasil sobre a situação da Líbia, apesar de parecer confirmar a postura da Rússia e da China, difere delas a partir do momento em que é feita a partir de outras bases. Por exemplo, a articulação em relação à Responsabilidade de Proteger demonstra a postura brasileira de tentar articular novas bases para a atuação internacional. Isso é essencial na política internacional, pois a recusa pela recusa poderia fazer com que a realidade regredisse àquela de meados da década de 1990, quando não havia a articulação da Responsabilidade de Proteger. Foi o imobilismo da sociedade internacional que possibilitou situações como as de Ruanda e Kosovo.

A Sra. Pletka contestou a postura adotada pelo Professor Stuenkel. Para ela, a área cinzenta na qual o Brasil está é difícil de ser definida, mesmo porque, no resultado das votações, pouco importaria a justificativa, dado que o resultado seria o mesmo. Ainda assim, mesmo que se considerasse essa diferença na justificativa, como estabelecer maneiras de fazer com que a posição brasileira não seja influenciada por aquela da Rússia e da China? O mais importante para a analista é a premissa de que não haveria benevolência em posicionamentos de política internacional, portanto o Brasil teria interesses em se posicionar contrário à intervenção na Líbia, embora não se saiba quais são. Ela não se arrisca a identificá-los porque não conhece o suficiente da realidade do país para fazer essa análise. Para ela, é inconcebível ficar à espera de que a situação da Síria, bem como aconteceu com a Líbia no ano passado, resolva-se sozinha. Citando um analista da instituição à qual está filiada, Pletka afirmou que não é possível bater em alguma coisa se não se dispõe de nada. Nesse sentido, a intervenção nos dois países mediterrâneos seria um imperativo, um que foi conseguido (da Líbia) e outro que encontra muitas barreiras (da Síria).

O tenente-coronel Menner, citando o analista militar Karl Von Clausewitz, lembrou que os meios militares são os últimos passíveis de serem empregados em crises políticas, e por isso a necessidade de debate acerca da sua utilização. Na sua análise, a

BRASIL

DANIEL EDLER
GUSTAVO BEZERRA

Setembro 2012

www.kas.de/brasil

intervenção na Líbia foi um sucesso, o que mostrou ser um problema para o posicionamento adotado pelo governo da Alemanha, que ficou com o ônus político de ter ficado de fora de um processo de transformação bem sucedido como este.

Para o professor Stuenkel não estaria tão claro se a intervenção na Líbia fora um sucesso ou um fracasso, mas esta seria uma definição importante de ser feita com vistas a não ficar preso em um choque de narrativas sobre o que ocorreu no país mediterrâneo. Para ele, a possibilidade da sociedade internacional ver-se presa em tal debate seria mais clara se a realidade política do mundo retornar aos moldes do imobilismo observado na primeira metade do século XIX.

Para o embaixador Patriota, um olhar em retrospectiva indica que a atuação do Brasil no Conselho de Segurança da ONU foi correta, tendo em vista que a guerra civil da Líbia é alimentada por atores externos ao país, e não propriamente um processo endógeno, com motivações exclusivas de política interna. Ele acredita que a restauração democrática levada adiante na América Latina entre as décadas de 1980 e 1990 pode oferecer bom exemplo para a situação dos países do Oriente Médio atualmente. Comentando sobre a responsabilidade internacional, o embaixador afirmou que o nosso processo de inserção internacional é um projeto de integração, e que isso já demonstra a importância da responsabilidade internacional para o Brasil.

Danielle Pletka lembrou que os EUA beneficiam-se da ordem liberal tal como ela existe nos dias atuais e, por isso, interessa aos estadunidenses arcar com os custos daí originados. Independentemente do resultado das eleições presidenciais dos EUA, o país continuará a fazer parte da OTAN e dos projetos ali levados a cabo. Para a analista, isso é essencial para a posição estadunidense no mundo contemporâneo, pois abdicar de participar da OTAN seria abdicar de uma parcela importante de poder. Os EUA abstiveram-se de participar da intervenção Líbia pela forma como esta foi levada à frente pelo então presidente francês, Nicolas Sar-

kozy. Os posicionamentos do atual presidente francês, François Hollande, continuam a apresentar divergências entre o governo francês e os projetos dos EUA. A abdicação dos EUA da aliança militar deixaria aos franceses a responsabilidade de se tornarem a consciência do mundo. De forma sarcástica, ela comentou: “os franceses?! Sério?...”

Perguntado sobre as dificuldades que uma possível reforma no Conselho de Segurança da ONU poderia gerar a partir do congelamento do órgão, a exemplo do que ocorreria com a Liga das Nações, o embaixador Patriota respondeu que o mundo é outro, que não é possível comparar com a realidade contemporânea nem com o mundo do final da Segunda Guerra Mundial, muito menos com aquele da Liga das Nações. Uma reforma do Conselho faz-se necessária, assim como a moderação no discurso político, principalmente com a moderação de “falcoes”, seja no mundo ocidental, seja no mundo islâmico. Essa moderação política passa pela necessidade de respeitar o Conselho de Segurança como *locus* decisório, de não o ignorar como um espaço legítimo de tomada de decisão na área de segurança internacional. A possibilidade do Conselho não ser respeitado nas suas decisões políticas abre precedentes graves que poderão ser utilizados futuramente por outros países com interesses próprios que não tenham seus interesses ratificados por decisões do Conselho.

A Sra. Pletka falou sobre como as guerras do Afeganistão e do Iraque criaram a necessidade de repor os equipamentos e renovar os estoques. Para ela, a campanha eleitoral para presidência dos EUA estava passando ao largo de debates sobre política externa, situação que mudou a partir dos recentes ataques às representações diplomáticas dos EUA. Segundo a analista, haveria grande expectativa sobre o debate entre os candidatos, que abordarão questões de política externa e internacional.

Em uma análise sobre o futuro da segurança internacional, o tenente-coronel Menner afirmou que em um futuro próximo o Irã terá armas nucleares e que não resta muito

BRASIL

DANIEL EDLER
GUSTAVO BEZERRA

Setembro 2012

www.kas.de/brasil

a fazer quanto a isso. Para ele, a possibilidade de intervenções de Israel por meio de ataques preventivos não afetaria, estrategicamente, este processo. Isso geraria o atraso em alguns anos do desenvolvimento final do artefato, ao invés do impedimento do acesso dos iranianos à bomba. Dessa forma, um ataque de Israel seria apenas prejudicial para alcançar a paz na região. Neste sentido, ele acredita que a relação entre os EUA e Israel vai mudar, pois é insustentável a manutenção do virtual seqüestro que existe atualmente da agenda de política externa dos EUA para o Oriente Médio, pelos interesses de Israel.

Em sua análise sobre a situação contemporânea da política internacional, o embaixador Patriota afirmou que um dos problemas mais sérios seria a seletividade na atuação em situações semelhantes. Questionado sobre a possibilidade dos incentivos atuais do governo brasileiro repetirem uma situação de corrida armamentista com a Argentina nos moldes daquela que se viu na década de 1970, ele afirmou que essa não é uma possibilidade, dado que o projeto que se tem de restabelecimento de política industrial militar é com vistas a estabelecer uma cooperação entre os países vizinhos, principalmente por meio da construção de uma cadeia produtiva que incorpore diversos países. Essa estratégia é feita com vistas à compra de aviões, dado que um só país da região não teria demanda capaz de gerar escala que cubra os gastos de desenvolvimento dessa tecnologia. O exemplo disso é o avião cargueiro que está sendo desenvolvido em uma parceria entre Brasil e Argentina.

Danielle Pletka, questionada sobre sua apresentação, na qual afirmou serem os EUA mais fracos do que já foram, não levou em consideração a importância da recente incorporação de instrumentos novos, como os drones. Ela afirmou que estes não são capazes de atender todas as missões existentes em uma guerra, pois são excelentes para assassinatos seletivos, mas não se pode simplesmente matar a todos os inimigos. Ela considera ser necessário deter um bom contingente de pessoal e de instrumentos

para que as tropas consigam cumprir suas missões.

Workshop 3: Potenciais riscos futuros para a segurança no Atlântico

A mesa foi composta pela diretora da Divisão de Gestão de Conflito e Construção de Paz do Instituto para Estudos de Segurança (ISS) da África do Sul, coronel Annette Leijenaar; pelo professor da Universidade Sciences Po de Paris, Alfredo Valladão; pelo Contra-almirante e diretor da Escola de Guerra Naval da Marinha do Brasil, Cláudio Portugal de Viveiros; e pelo diretor de Estudos e Pesquisa do Instituto de Altos Estudos de Defesa Nacional da França, Michel Foucher. A moderação coube ao professor do Instituto de Relações Internacionais da PUC do Rio de Janeiro, Kai Kenkel.

Annette Leijenaar destacou que o olhar para o Atlântico Sul reflete duas partes: a África e a América do Sul. Precisa-se, portanto, abordar os dois lados para entender a questão estratégica desta região. Segundo a pesquisadora, mais de 90% do comércio na África é feito pelo mar, e a pesca ilegal teria um custo econômico enorme para o continente, pelo seu caráter de ameaça de grande porte. As organizações regionais tem estratégias para combater esse desafio, em especial a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (ECOWAS), mas não é clara a atuação individual dos Estados contra essas práticas.

Segundo Leijenaar, a União Africana adotou uma estratégia marítima conjunta que abarca uma lista de ameaças, inclusive ilícitas como tráfico, violações de meio-ambiente e lavagem de dinheiro. A solução que ela propõe é o compartilhamento da zona marinha, cooperação para ferramentas de monitoramento, políticas comuns para a pesca, tecnologia integrada para recursos humanos entre outros. A África precisaria de Marinhas mais fortes para fazer guarda da costa do que Marinhas capacitadas para guerras.

Sobre a atuação do Brasil em projetos na África, a pesquisadora afirmou que existe a cooperação para exercícios de segurança

BRASIL

DANIEL EDLER
GUSTAVO BEZERRA

Setembro 2012

www.kas.de/brasil

multilateral de 1993, Atlasur. Além disso, a segurança marítima é importante para os debates entre os BRICS. Sobre a situação específica da África do Sul, os constrangimentos para o orçamento de defesa e ausência de interesse político doméstico não permitem aumentar o orçamento.

Em seguida, o Sr. Alfredo Valladão falou sobre o aumento da densidade das relações no Atlântico Sul, o que demandaria mais mecanismos de governança capazes de evitar conflitos e aumentar a cooperação. Ele enumerou as questões mais importantes para o Oceano.

Primeira: energia. O Atlântico Sul está em vias de se transformar em uma das principais áreas de produção de hidrocarbonetos do mundo, despertando o interesse mesmo dos EUA. O professor também citou a possibilidade de haver enorme quantidade de minérios no leito marinho;

Segunda: produção agrícola. Serão, de acordo com ele, a África e a América do Sul que alimentarão o mundo nos próximos anos;

Terceira: rotas comerciais. A África é, provavelmente, a próxima fronteira de crescimento econômico. Haveria apostas no mercado africano, o que tornaria as rotas atlânticas pelo cabo uma das mais importantes do mundo, dado que os maiores navios de transporte não passariam pelo canal de Suez e a pirataria no Chifre da África também serve para diminuir o fluxo nesta rota;

Quarta: a criminalidade transnacional. O tráfico de drogas da América do Sul até o Golfo de Guiné teria enorme impacto político na África. Criar-se-iam narcoestados com consequências políticas graves. Por esse motivo governos de países africanos demandam que o Brasil tome posição mais firme no combate contra esta rota;

Quinta: fluxo de refugiados. O professor Valladão perguntou-se qual seria a posição brasileira se esse fluxo aumentasse substancialmente;

Sexta: questão Antártica. O debate sobre a exploração aumentaria e mudanças climáticas seriam tema central a ser considerado, principalmente a dúvida se os países da região poderão administrar este espaço. A própria questão das Malvinas demonstra que o espaço não é livre de conflitos armados;

Sétima: alargamento do canal do Panamá. Tema que deve retomar centralidade, que resultará em desafios para a governabilidade do Caribe. Alguns países da região têm neste canal uma rota central para comércio. UNASUL e Brasil devem ter políticas bem elaboradas sobre isso, especialmente considerando que apenas os EUA tem capacidade de controlar militarmente a região, embora ainda a veja como marginal.

Europa teria interesses pontuais no Atlântico Sul, sobretudo aqueles que são países costeiros, pois o tráfico de drogas é um tema importante para eles, bem como a rota comercial que deve aumentar com a expansão do Canal do Panamá. O professor incluiu a questão das Malvinas no mesmo escopo de análise que a questão dos Estados falidos, como dois temas problemáticos para a Europa. No entanto, este continente teria pouca capacidade de atuar na região, assim como o Brasil tem enorme interesse mas pouca capacidade de atuação até as praias africanas. Para Valladão, os próprios africanos deveriam ter interesse de olhar para o oceano com seriedade, mas suas capacidades dependeriam de acordos. Seria preciso aumentar a cooperação para que juntos os países do sul do Atlântico fossem capazes de governá-lo. Alianças entre Estados e entre projetos regionais de integração seriam muito importantes nesse processo. Assim, interessaria ao Brasil fortalecer capacidades militares da África. Essencial seria estender também os exercícios navais que são feitos com os EUA. Os africanos e os europeus deveriam ser incluídos para facilitar mais acordos entre os países do sul. O Brasil deveria incentivar exercícios no Caribe, atuando em parceria com EUA e com a Europa.

O oceano Índico e a China, segundo Valladão, também poderiam ter repercussão sobre o Atlântico. Brasil e África do Sul vis-

BRASIL

DANIEL EDLER
GUSTAVO BEZERRA

Setembro 2012

www.kas.de/brasil

lumbrariam a parceria sob foco em segurança na região, mas Índia teria a vantagem de aumentar sua competição com a da China. Para os dois grandes países do Atlântico Sul seria um problema porque se traria um ator não-atlântico para participar da dinâmica do oceano. Influenciaríamos a competição entre potências externas em uma área de interesse estratégico do país. Devemos refletir mais sobre os impactos disso.

O contra-almirante Claudio Portugal de Viveiros iniciou sua fala afirmando que a Política de Defesa Nacional (PDN) estabelece a projeção do Atlântico Sul como central para o país e interessa ao Brasil fazer essa projeção de forma pacífica. Segundo o militar brasileiro, o Atlântico Sul por anos esteve distante de disputas, mas o mundo começou a lançar olhares sobre a região. A existência de depósitos polimetálicos e do pré-sal reordenaram o tabuleiro da produção de energia e minério no mundo. Por exemplo, 82% da produção de petróleo do Brasil vêm do mar.

O Atlântico deve ser um elemento de agregação entre países da América do Sul e destes com a África. Neste caso, a pesca é uma atividade fundamental para o Brasil e está diretamente ligada ao Atlântico Sul. A demanda de pescado deve aumentar e a oferta não conseguirá seguir. Oceanos não são celeiros inesgotáveis. Estoques já estão baixos e a proteção da vida marinha ainda não foi incorporada como questão central para o país. O Brasil deveria assumir o protagonismo no debate sobre o balanço da produção e limites sustentáveis da pesca no Atlântico.

No que tange às ameaças que poderiam pairar sobre nosso patrimônio, o contra-almirante falou que não seriam ameaças de países inimigos, apenas ameaças difusas, sendo os principais temas:

1) Conflito armado: estaria a Estratégia Nacional de Defesa (END) passível de ser empregada como previsto?

2) Pirataria: essa questão tem crescido e não passaria despercebida, mas contaria

com uma jurisdição internacional própria para defini-la e combatê-la (Tratado da Jamaica). A tendência é de que a pirataria avance rumo à costa oeste da África e, possivelmente, à costa brasileira. A Marinha deve estar atenta para evitar esse tipo de ação;

3) Novas ameaças. Eventos que vão ocorrer no Brasil aumentam ameaça do terrorismo em nosso território. No mar, a preocupação seria com plataformas de petróleo. Há também os conflitos transnacionais, que deveriam manter o Brasil em estado de atenção para monitorar a entrada e saída de material ilícito por nossa costa.

Em seguida, ele falou sobre o SISGARAZ – sistema de monitoramento da Amazônia Azul – que é operado por civis e militares, atuando como segurança, salvamento, controle de pesquisa científica e meteorologia. Abordando a questão da energia nuclear, o diretor da Escola Naval afirmou que o Brasil vê isso como central, e busca desenvolver o submarino nuclear. Afinal, a capacitação da indústria de defesa tem conseqüências positivas para outros segmentos da economia nacional.

Michel Foucher iniciou sua apresentação comentando sobre o perímetro do Atlântico. Para a Europa, Atlântico significaria o norte e o tratado da OTAN, segurança coletiva com EUA e Canadá. Mas não haveria uma questão central entre os países da região. A cooperação teria sido muito efetiva, por isso teria que se olhar para o Sul. O analista francês identificou uma crescente importância das questões relativas aos mares e do Atlântico Sul. Duas semanas antes da conferência, referendando a importância que as questões marítimas assumem para o continente europeu, a Comissão Europeia lançou o livro verde sobre questões do mar. Ao falar sobre as rotas comerciais, o analista francês elogiou a integração do Brasil às principais rotas. O país teria rotas para o Panamá, Europa, Ásia e África. Por isso, considera que o Brasil necessitaria pensar de forma mais ampla e não ficar restrito apenas à parte sul do Atlântico.

BRASIL

DANIEL EDLER
GUSTAVO BEZERRA

Setembro 2012

www.kas.de/brasil

Ao analisar o impacto na Europa, o Sr. Foucher afirmou que naquele continente a notícia sobre cooperação no Atlântico Sul é bem recebida, pois é vista como uma boa forma de combater ameaças à segurança. Esta situação deixa evidente que existem interesses europeus compartilhados com Brasil e a África, que não estão restritos à exploração dos recursos, mas com a construção de confiança mútua. A Europa buscaria cooperação política e operacional com os dois lados do Atlântico Sul.

Uma pessoa da platéia perguntou: "O Ministério da Defesa do Brasil, nesta mesma conferência, se colocou bastante resistente a qualquer diálogo com a Europa e a OTAN para cooperação na região. Em temas de segurança, há espaço para diálogo Brasil-Europa?" O professor Valladão afirmou que o Brasil quer atuar no Atlântico Sul e necessidade de capacidade para operar. Por enquanto não tem espaço para esta cooperação, mas bloquear a região é insustentável e não interessa ao país. Se não podemos assumir capacidade de governança, outros o farão.

O Contra-almirante Viveiros afirmou que o Brasil não quer proibir os demais de atuarem, mas garantir que a atuação seja multilateral através da cooperação com Brasil, América do Sul e África. Sozinhos, Europeus e EUA não serão capazes de ocupar o espaço e não poderão combater as ameaças que eles identificam para si próprios. Por outro lado, o Brasil já teria identificado a necessidade de capacitar-se e tem operado nesse sentido, principalmente através do aprimoramento da Marinha. Temos programas usados, como o submarino. Com nossa capacidade melhorada, nenhum país poderá atuar ignorando os interesses brasileiros.

O professor Kai Kenkel fez a pergunta: "Como a reativação da IV frota muda o jogo estratégico na região?" O Contra-almirante afirmou que não se trataria de uma questão de intimidação ou ameaça. Não foi uma nova invenção, ela já existiu no passado e teria conduzido ações que estariam direcionadas à costa ocidental da África. É uma resposta às ameaças de atores não-estatais, e provê assistência humanitária. Há mais de

50 anos a Marinha brasileira trocaria experiências com a Marinha estadunidense. Os EUA teriam transferido a operação Panamá e os exercícios no Caribe a um almirante brasileiro. Todas as atividades da Marinha brasileira teriam observadores dos EUA e da Europa. Haveria um grande intercâmbio de informações e desenvolvimento de sistemas de dados e monitoramento compartilhado da região.

Michel Foucher afirmou haver uma política externa estadunidense mais assertiva para a África. A IV frota segue essa lógica, aumentando a presença estadunidense na região. Mas a realidade global seria diferente. EUA teriam redistribuído sua frota para aumentar a presença no Pacífico, compondo 60% no Atlântico e 40% no pacífico.

Annette Leijenaar afirmou que o Brasil é percebido de forma positiva na costa da África, principalmente na África do Sul, de maneira que não é visto como um ator que trará uma resposta ocidental - no sentido pejorativo do termo. Parceiros africanos veriam uma parceria com o Brasil de forma muito mais positiva, de resultados menos vultosos para o desenvolvimento.

Um funcionário da Petrobrás fez a pergunta: "A pirataria no golfo da Guiné tem aumentado e prejudica a expansão da presença brasileira na região, principalmente na exploração de petróleo. Os piratas da Nigéria e de Benin também são prejudiciais por focarem principalmente em embarcações de combustível. O que a Marinha faz quanto a isso?" O Contra-almirante Viveiros afirmou que a Marinha estaria atenta a isso, visto que há constante troca de informações com os Estados africanos e o aumento de nossa capacitação para preservar os interesses brasileiros. Estudos e doutrinas para aumentar a participação do Brasil no combate à pirataria estariam sendo desenvolvidos para ajudar a combater esse problema.

Michel Foucher afirmou que também a França teria enormes interesses na região, motivo pelo qual haveria uma operação permanente de frotas europeias na baía de Guiné e próximo à Nigéria para lidar com esse desafio.

BRASIL

DANIEL EDLER
GUSTAVO BEZERRA

Setembro 2012

www.kas.de/brasil

Conferência 2: Desafios e oportunidades para cooperação estratégica entre o Sul e o Norte

A mesa foi composta pelo Subsecretário Geral do Departamento de Operações da Paz da ONU, Sr. Edmond Mulet; pelo diretor do Departamento de Pesquisa da NATO Defense College, Karl Heinz Kamp; e pelo Professor de Relações Internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Williams da Silva Gonçalves. A moderação coube ao professor de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, Antonio Jorge Rammalho da Rocha.

Antonio Jorge começou as atividades fazendo perguntas aos palestrantes: "Qual a validade da divisão entre Norte e Sul em um mundo atual, marcado por desigualdades tanto no Norte quanto no Sul? Não seria melhor pensar em termos de países mais desenvolvidos e menos desenvolvidos? Mesmo nestes últimos há vantagens comparativas de grande valor estratégico."

"A Conferência Rio +20 tomou nota das metas do milênio e reforçou a lógica do desenvolvimento sustentável. Deixou-nos um possível arcabouço institucional que nos permite promover crescimento econômico com inclusão social e respeito ao meio ambiente. Este é o desafio do século. Como cuidar dos bilhões de seres humanos e também do meio ambiente? Realização desta agenda é ameaçada pela crise econômica, mas a Rio+20 aponta para o futuro que não pode ignorar a confluência destes temas."

O Subsecretário Edmond Mulet afirmou que haveria consenso de que ninguém é capaz de lidar individualmente com as questões de segurança global. Seria fundamental que a ONU trabalhasse com organizações regionais, que possuem mais conhecimento da realidade local e permitiriam mais participação e legitimidade às ações. Esta estratégia teria sido utilizada, por exemplo, em Darfur, com a atuação da ONU em conjunto com a União Africana. Mesmo no Haiti haveria uma cooperação ampla com países da região, dado que setenta por cento das tropas vem de países latino-americanos. Na Libéria e na Costa do Marfim há cooperação com a Co-

munidade Econômica dos Estados da África Ocidental (ECOWAS). A relação com a OTAN funciona do mesmo jeito, aumentando a capacidade de ação da ONU. Da mesma forma, seria fundamental ter a colaboração dos governos locais, que poderão ajudar em seus países.

Os países do Norte já teriam percebido a importância de participar nestas ações, mas os países do Sul precisariam ser mais motivados. O Sul não quer ser só instrumento das ações, mas participar dos debates de elaboração do conceito de intervenção e das decisões políticas em conceitos específicos.

Para o diretor Kamp, a globalização também ocorre nas políticas de segurança e uma das principais atividades da OTAN hoje seria o estabelecimento de parcerias no Golfo, na Ásia e no Leste Europeu. Seriam parceria principalmente operacionais, com tratados especificando-, mas que não focariam apenas em temas militares, mas em ciberataques, segurança energética, proliferação de armas nucleares e terrorismo. O Sr. Kamp assinalou que nem todos os parceiros seriam democráticos, e que a OTAN preferiria não fazer parceria com eles, mas existem países cruciais com os quais a parceria seria inescapável. Ele afirma que a OTAN não trataria seus parceiros de forma igual, pois os diferencia entre parceiros por necessidade (Uzbequistão, China) e parceiros por escolha (aqueles que partilham de valores).

O diretor Kamp chamou atenção para o fato de que não haveria muitas ligações entre a OTAN e a América do Sul. As relações mais claras seriam apenas com a Argentina, mesmo havendo potencial para mais parcerias. Kamp não as estaria defendendo, apenas apontando. Seria necessário que houvesse diálogo para que os atores de ambos os lados descobrissem as perspectivas para uma parceria. As se descobrir espaços de diálogo, o Brasil certamente terá um papel fundamental na resposta que será dada.

O Sr. Kamp defende que não haja percepções erradas sobre a OTAN, pois haveria uma visão de que OTAN seria o braço armado dos EUA, que afetaria a soberania da América do Sul. Mas não é assim. A OTAN

BRASIL

DANIEL EDLER
GUSTAVO BEZERRA

Setembro 2012

www.kas.de/brasil

seria uma aliança política e militar de defesa composta por Estados comprometidos a ajudar-se mutuamente em caso de ataque externo. A aliança tem atuado em outras situações, como na Líbia, mas essa não seria sua razão de ser. Sendo uma aliança de defesa, defende o território, as pessoas dentro deste território (os terroristas, lembra Kamp, atacam as pessoas e não os territórios) e defende os interesses vitais dos Estados membros (aspecto mais controverso).

As missões de defesa da OTAN não excluíam parceria com Rússia, mas esta não poderia ir contra os interesses de defesa de algum Estado membro da OTAN. A instituição atua em escala global (África, Europa e Ásia), mas precisa trabalhar com consenso. Há enorme debate interno sobre muitos dos temas de segurança. A OTAN não está nas mãos de nenhum Estado específico, pois é regional com um horizonte global. Seria um grupo de Estados independentes e soberanos, liderados pelos EUA, mas não dominados.

Williams Gonçalves destacou as dificuldades para cooperar com o Norte em temas de segurança. Há uma sensação real de mudança na política internacional. A rápida ascensão da China é motor de grande parte destas mudanças, pois implica na perda de posição hegemônica dos EUA (muito prejudicados pela crise econômica, mas também em crise política e intensificação do sentimento antiamericano ao redor do mundo). Para ele, a crise econômica europeia dividiria a Europa em dois grupos: alguns como a Alemanha, que se fortaleceriam com a própria crise, e outros que enfrentariam os efeitos sociais mais severos dela. A formação dos BRICS também é um sintoma destas mudanças. Tratar-se-ia de um grupo que teria por objetivo remodelar a ordem internacional com vistas a deixá-la mais justa e equilibrada. Dessa forma, o Brasil estaria em uma posição muito diferente da OTAN. Com o fim da Guerra Fria, ao invés de acabar, a OTAN deixou de cuidar da segurança de seus Estados-membros e teria passado a interferir em várias regiões do mundo, agindo como uma espécie de polícia interna-

cional. Trata-se de uma posição bastante distinta da do Brasil.

A atuação do Brasil entre os BRICS, com a busca de mudança da ordem internacional, dificulta a relação com a OTAN. O Brasil defende o princípio da autodeterminação dos povos, visto como fundamental para a promoção da democracia entre os Estados - democracia não é importante apenas dentro dos Estados. O poder armado, afirma o professor Gonçalves, deveria ser usado para dissuadir a utilização das forças armadas, não para ampliar os conflitos. A intervenção na Líbia, levada a cabo pela OTAN, foi justamente o contrário. Em nome da defesa dos Direitos Humanos um chefe de Estado foi morto a pauladas no meio da rua. Enquanto se defendem os Direitos Humanos de uns, os mesmos atores recusam-se a abrir as patentes para remédios de AIDS que matam milhares na África. A posição do Brasil, por isso, dificilmente vai se aproximar daquela defendida pelos europeus.

O professor Jorge Ramalho insistiu na pergunta: “como os senhores veem a possibilidade de cooperação? Há alguma?”

O diretor Kamp afirmou que haveria um nexo entre segurança e desenvolvimento, mas para a OTAN seria difícil lidar com estas dimensões conjuntamente. OTAN seria uma organização de defesa, por isso seria necessário que se trabalhasse com parceiros e reconhecesse a abordagem mais abrangente da ONU. No entanto, a OTAN seria capaz de promover segurança militar em situações nas quais o desenvolvimento, por causa da violência, não poderia ocorrer. No Afeganistão e na Síria o argumento seria o mesmo.

O professor Williams, no entanto, insistiu que há efetivamente um vínculo entre segurança e desenvolvimento. Isso seria reconhecido pela ONU desde a década de 1960. Em 1967, quando o Grupo dos 77 obteve a criação da Unctad, a proposta era justamente nesse sentido: evitar que países mais pobres, indefesos ante a força bruta do mercado, entrassem em colapso.

Workshop 4: Livro Branco da Defesa e a legislação internacional

BRASIL

DANIEL EDLER
GUSTAVO BEZERRA

Setembro 2012

www.kas.de/brasil

Esta mesa contou com a presença do chefe da Assessoria de Planejamento Institucional do Ministério da Defesa do Brasil, General de Divisão Julio de Amo Júnior; pelo Diretor do Centro de Direito Internacional (CEDIN), Leonardo Nemer Caldeira Brant; pelo diretor do Instituto de Estudos Europeus e membro do Departamento de Direito da Universidade de Saarland, na Alemanha, Torsten Stein; e pela professora do Departamento de Estudos Globais e do Departamento de Economia do Colby College (EUA), Patrice Franko. A moderação coube ao coordenador da Escola Sérgio Vieira de Mello e do Grupo de Análise de Prevenção de Conflitos GAPCon, da Universidade Cândido Mendes, Clóvis Brigagão.

O professor Clóvis Brigagão saudou os presentes dando-lhes boas-vindas, e questionou o motivo de não ter sido chamado para auxiliar na escrita do Livro Branco, tendo em vista que afirmou ser o fundador da área de Segurança Internacional no Brasil. Em seguida passou a palavra ao General Julio Amo.

O general apresentou o conceito de Livro Branco, que, para ele, pode ser muito útil para a manutenção da paz, uma vez que informa as capacidades de que dispõe o Estado e que esta capacidade não tem por objetivo atacar outros países. Segundo o general, o termo *White Paper* é utilizado desde os séculos XV/XVI, mas o seu formato e informações foram gradualmente sendo alterados ao longo do tempo. Em 1996, o Brasil publicou o documento Estratégia de Defesa Brasileira. Na década de 2000 essa estratégia foi revista e agora, em 2012, vai ser publicado o primeiro Livro Branco da Defesa do Brasil. De acordo com o General, embora o Brasil seja um dos últimos países a publicar um Livro Branco, tendo em vista nosso histórico, somos pioneiros em legislação apresentando nossa concepção de Defesa. Ele destacou também que a iniciativa do Livro Branco teve origem no Poder Legislativo, e não no Ministério da Defesa.

O professor Leonardo Nemer afirmou que o Livro Branco é uma contribuição que se insere no artigo 4º da Constituição brasileira, aquele que define os princípios norteadores

da política externa do país. Segundo ele, o Livro Branco não serve para nortear as relações do Brasil com outros Estados porque, de acordo com a Convenção de Viena de 1969 sobre Direito dos Tratados, recentemente ratificada pelo Brasil, o país não pode abster-se de obrigações internacionais a partir de legislação interna, pelo contrário, devem ser consoantes. Após essa explanação, o professor apresentou as diferenças entre as concepções monista e dualista sobre Direito. A primeira apresenta dificuldades porquanto percebe que tanto o Direito Interno quanto o Direito Internacional têm a mesma origem comum e a partir dessa matriz homogênea surgem esses dois ramos do Direito. As dificuldades aí presentes dizem respeito à forma de explicar um possível conflito entre os dois direitos. O Dualismo, por sua vez, ao identificar o Direito Internacional e o Direito Interno como oriundos de fontes diferentes, possibilita que se trabalhe com a noção de incorporação de princípios e normas de uma fonte do direito para outra.

O professor Stein afirmou que o conceito de *Responsibility to Protect* não é e nem pode ser visto como uma carta branca para a atuação e intervenção de atores na realidade política de Estados, o que serviria para romper por completo a noção de soberania estatal. Para ele, a importância do Livro Branco está em definir as normas de engajamento do Estado que o publica, uma situação que, em teoria, suprimiria a importância do Conselho de Segurança definir as diretrizes para as operações de manutenção de paz, visto que cada Estado já teria publicadas as suas normas. Ao mesmo tempo, torna mais fácil a responsabilização quando um Estado descumprir.

A professora Franko, por sua vez, ressaltou as diferenças entre os temas de Segurança Internacional que existem atualmente. Segundo ela, é preciso analisar a realidade por meio da interação entre três pontos: soberania, globalização e produção econômica internacionalizada. Essa é o que ela definiu como a trindade impossível da economia de defesa, em um paralelo com a trindade impossível da macroeconomia. A definição de qual aspecto entre os três será preterido é

BRASIL

DANIEL EDLER
GUSTAVO BEZERRA

Setembro 2012

www.kas.de/brasil

central para a definição da estratégia de segurança do Estado e para a postura que este assumirá internacionalmente. Essa realidade implica que sempre haverá trade-off entre esses três aspectos da economia de Defesa.

Para Patrice Franko, o Brasil já tem poder e participa dos fóruns internacionais mais importantes. Nosso setor de Defesa faz parte de uma cadeia produtiva e, portanto, é muito difícil manter a autonomia, principalmente porque o Brasil não tem demanda suficiente para criar escala na produção de equipamentos militares.

Após as apresentações, Antônio Carlos Pereira, editor-chefe do Estado de São Paulo, questionou sobre a necessidade de aumentar o orçamento do Ministério da Defesa, atualmente o segundo da Federação, como forma de atender os projetos das forças armadas do país. O Sr. Pereira sugeriu que se deva repensar o plano de carreira dos militares, incluindo aí o custeio de oficiais ativos, reservistas e pensionistas, de forma a liberar mais verba para os projetos de modernização.

O general Júlio respondeu-lhe com as especificidades do orçamento militar, que tem uma periodicidade diferente do orçamento dos demais ministérios, e afirmou que a situação própria de contar com o pagamento de inativos no próprio orçamento do ministério é situação *sui generis* entre os outros ministérios, de forma que o orçamento da Defesa tende a ser um dos maiores da União.

O outro debate que precedeu o fim da mesa foi levantado por uma aluna de direito da Universidade Rural do Rio de Janeiro que, contrapondo a legislação penal militar brasileira com as previsões existentes no Tratado de Roma que fundou o Tribunal Penal Internacional, questionava sobre a atualização daquele de forma a adequar-se a este, em especial no que diz respeito à possibilidade de responsabilização penal de oficiais comandantes sobre as ações dos seus subordinados. Neste caso, o General Júlio afirmou que é um tema da alçada do Ministério da Justiça, mas combateu a noção de que há impu-

nidade para oficiais cujos subordinados agem de forma ilegal.

Encerramento

O painel de encerramento foi composto pelo chefe da Delegação da União Europeia no Brasil, Embaixadora Ana Paula Zacarias; pela Diretora Executiva do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI), Fátima Berardinelli; e pelo Representante da Fundação Konrad Adenauer no Brasil, Felix Dane.

A embaixadora Zacarias afirmou que haveria enorme interesse em continuar com a parceria estratégica entre União Europeia e Brasil em todas as suas dimensões. Não haveria apenas uma resposta para os desafios, devido à complexidade do mundo sempre em transformação. O desafio da conferência foi este: estabelecer um espaço de diálogo. Apesar dos problemas, o mundo estaria melhor porque há mais cooperação. Nesse contexto, o Brasil seria um parceiro cada vez mais interessante para a União Europeia, pois apresenta uma contínua capacidade de evolução.

Fátima Berardinelli afirmou que o CEBRI estaria muito satisfeito com os resultados da conferência que se encerrava. Os palestrantes teriam sido capazes de trazer questões muito interessantes para o tema da segurança internacional. Promover debates é justamente a missão do CEBRI, e por isso o objetivo de manter a parceria com a Fundação Konrad Adenauer para a execução da Conferência do Forte de Copacabana.

Felix Dane afirmou que aquele foi um longo e intenso dia, com discussões paralelas que trouxeram as várias dimensões dos desafios globais de segurança. Isso seria fundamental para aproximar as posições. Agradeceu a todos os participantes, equipes e palestrantes e deu por encerrado o evento, afirmando esperar que esta experiência se repita nos próximos anos.